

**AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL**

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL**

**PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO – PCS Nº 1/2021-ANEEL**

**RESPOSTAS ÀS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS**

**A - ESCLARECIMENTOS DE ORDEM GERAL**

**1) Na Subcláusula 6.2 dos CERs Gás e Óleo, onde se lê:**

6.2 A OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA, quando despachada na ordem de mérito determinada pelo ONS, em cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO, será calculada da seguinte forma:

$$OBE = POT \times FC_{max} \times 1 \text{ hora}$$

Onde:

*OBE* = OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA, expressa em MWh;

*POT* = POTÊNCIA INSTALADA da USINA, conforme descrito no APÊNDICE I do CONTRATO, expresso em MW;

*FC<sub>max</sub>* = Fator de Capacidade Máxima, conforme valor declarado pelo VENDEDOR para o cálculo da GARANTIA FÍSICA, nos termos do APÊNDICE II do CONTRATO;

**Leia-se:**

6.2 A OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA, quando despachada na ordem de mérito determinada pelo ONS, em cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO, será calculada da seguinte forma:

$$OBE = POT \times FC_{max} \times 1 \text{ hora} \times P\_Compr$$

Onde:

*OBE* = OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA, expressa em MWh;

*POT* = POTÊNCIA INSTALADA da USINA, conforme descrito no APÊNDICE I do CONTRATO, expresso em MW;

*FC<sub>max</sub>* = Fator de Capacidade Máxima, conforme valor declarado pelo VENDEDOR para o cálculo da GARANTIA FÍSICA, nos termos do APÊNDICE II do CONTRATO;

*P\_Compr*: PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO do CONTRATO, conforme descrito no APÊNDICE II do CONTRATO.



## 2) Na Subcláusula 8.5 do CER Gás, onde se lê:

8.5 A RECEITA FIXA será reajustada anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de agosto, respeitado o prazo mínimo de doze meses contados a partir do primeiro dia do mês de ..... de 20xx, mediante a aplicação da seguinte equação algébrica:

$$RF = RF_0 \times \left( \frac{I_m}{I_0} \right)$$

Onde:

*RF*: valor atualizado da componente da RECEITA FIXA vinculada aos demais itens, aplicado ao mês “m”;

*RF<sub>0</sub>*: valor inicial da componente da RECEITA FIXA, conforme estabelecido na subcláusula 8.2;

*I<sub>m</sub>*: número índice do IPCA do mês de.....; e,

*I<sub>0</sub>*: número índice do IPCA referente ao mês de agosto de 2021, indicado no QUADRO RESUMO (conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-114/2021-r0).

### Leia-se:

8.5 A RECEITA FIXA, e as parcelas que a compõe, será reajustada anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de agosto, respeitado o prazo mínimo de doze meses contados a partir do primeiro dia do mês de ..... de 20xx, mediante a aplicação da seguinte equação algébrica:

$$RF = RF_0 \times \left( \frac{I_m}{I_0} \right)$$

Onde:

*RF*: valor atualizado da componente da RECEITA FIXA, aplicado ao mês “m”;

*RF<sub>0</sub>*: valor inicial da componente da RECEITA FIXA, conforme estabelecido no QUADRO RESUMO;

*I<sub>m</sub>*: número índice do IPCA do mês de.....; e,

*I<sub>0</sub>*: número índice do IPCA referente ao mês de agosto de 2021, indicado no QUADRO RESUMO (conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-114/2021-r0).

## 3) O CER Gás passa a ser acrescido da Subcláusula 4.3.5, conforme a seguinte redação:

4.3.5 O montante de INFLEXIBILIDADE CONTRATUAL atribuída a este CONTRATO será definido com base no PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO da USINA com o CONTRATO.



**4) Os CERs Gás e Óleo passam a ser acrescidos no APÊNDICE III da seguinte definição:**

PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO: percentual da GARANTIA FÍSICA da USINA comprometida no CONTRATO, calculado pela relação entre a ENERGIA CONTRATADA da USINA, em MW médios, e a GARANTIA FÍSICA vigente da USINA. Trata-se de um valor referencial, pois este será ajustado no âmbito das REGRAS de forma a contemplar as perdas elétricas devidas e/ou verificadas entre a USINA e o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde a USINA estiver localizada.

**5) O APÊNDICE II dos CERs Gás e Óleo passa a ser acrescido do seguinte parâmetro:**

“XX”. PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO da USINA com o CONTRATO: ..... %

**6) No APÊNDICE III do CER Óleo, onde se lê:**

RECEITA FIXA: valor de remuneração anual da USINA apresentado pelo VENDEDOR no PCS, expresso em reais por ano

**Leia-se:**

RECEITA FIXA: valor de remuneração anual da USINA apresentado pelo VENDEDOR no PCS, expresso em reais por ano, que inclui, dentre outros, a critério do VENDEDOR: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da USINA referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da USINA e dos compromissos financeiros do VENDEDOR; e (v) TRIBUTOS e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto do CONTRATO;

**B - ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL E ANEXOS**

**1) ITEM QUESTIONADO:**

Minuta do edital

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Prezados bom dia, gostaria de esclarecer quando será disponibilizado a minuta do edital do procedimento simplificado.

**RESPOSTA:**

O Edital e Anexos se encontram disponíveis em <https://www.aneel.gov.br/editais-de-geracao> desde 06 de outubro de 2021.



**2) ITEM QUESTIONADO:**

Garantia para empreendimento pronto

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Boa tarde, para um empreendimento com autorização da ANEEL, mas que ainda não está em operação comercial, qual é o valor da garantia de proposta? porque no trecho a seguir fala de investimento e não menciona o valor para um empreendimento pronto. Seria os 200.000? trecho:

"A interessada, para se caracterizar como PROPONENTE, deverá aportar Garantia de Proposta para cada empreendimento inscrito no PCS, correspondente ao maior valor entre 2% do valor do INVESTIMENTO declarado à EPE e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)"

**RESPOSTA:**

O item 8.2 do Edital estabelece o valor da garantia de proposta a ser aportada, para fins de participação como Proponente, independente do empreendimento já ter ou não autorização emitida. Assim, nos termos do Edital deverá ser aportada Garantia de Proposta para cada empreendimento inscrito no PCS, correspondente ao maior valor entre 2% do valor do INVESTIMENTO declarado à EPE e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

---

**3) ITEM QUESTIONADO:**

4.4

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

De acordo com o subitem 4.4.1: "Nos termos do art. 12 da Portaria Normativa MME nº 24/2021, o ONS ou a concessionária de distribuição acessada, conforme o caso, emitirá, em até 5 (cinco) dias após a realização da Sessão Pública do PCS, documento simplificado de acesso contendo a análise do acesso exclusivamente para o empreendimento da PROPONENTE que negociar energia no PCS, para sua ciência." Nesse caso então não será necessário um DRO emitido pela ANEEL para obter um documento de acesso pelo ONS?

**RESPOSTA:**

Não. Nos termos do Despacho nº 3.119 e do Despacho nº 3.120, ambos de 5 de outubro de 2021, o DRO não será necessário para os empreendimentos vencedores do PCS.

---

**4) ITEM QUESTIONADO:**

10.3

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Com relação ao Custo Marginal teto do PSC - Certame Portaria MME 24/GM 17 set 2021.

Favor informar como é a formula de mensuração do Custo de Produção do Proponente (UTE DFO) para fins do valor do custo médio de produção.

(falta Garantia Física ou fator de capacidade)

R\$/MWh = função (RAF + RAF inflex + Cvu + despacho % estimado)



Aguardamos

**RESPOSTA:**

Cabe à cada Proponente estimar e considerar em sua proposta o custo de produção de seu respectivo empreendimento.

---

**5) ITEM QUESTIONADO:**

4.13.2 - Perdas

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Anexo Técnico

**QUESTÃO:**

Para proponentes ligados à Rede de Distribuição qual o critério de mensuração das perdas até o CG conforme estabelecido na Portaria MME?

A questão de perdas a serem consideradas entre os bornes do gerador e o Centro de Gravidade do Subsistema tem sido um problema recorrente desde o certame de 2004-2005.

Para as Plantas e Geração TIPO I (conectadas às instalações de rede básica) os critérios são bastantes conhecidos (perdas internas + perdas até conexão + 2,00-2,5% perdas até o CG)

Para as Plantas de Geração TIPO II e TIPO III, de fato as perdas, a partir do ponto de conexão seriam marginalmente negativas (ou no limite zero), entretanto por serem de mensuração analítica precisam no âmbito de cada processo(certame) estarem explícitas.

Assim pedimos também incluir no âmbito do processo em NT adequada. Nosso entendimento é que para geração “embebida” na Distribuição as perdas seriam mensuradas por perdas internas + perdas até o ponto de conexão (medição líquida) e as demais perdas nulas.

**RESPOSTA:**

Empreendimento que acesse o sistema de distribuição não participa do rateio de perdas da rede básica, conforme Regras de Comercialização.

---

**6) ITEM QUESTIONADO:**

Tancagem Mínima - DFO (Diesel e OC1)

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Anexo Técnico

**QUESTÃO:**

Favor confirmar que vigora a especificação do Manual de Empreendedores EPE para Termelétricas.

Estoque mínimo de combustível = 5 dias (ou 7 dias como CESI).

Não há no Edital e Anexos citação específica sobre este ponto.

**RESPOSTA:**

Questão afeta ao processo de cadastramento de empreendimento, de responsabilidade exclusiva da EPE. O Edital e Anexos não tratam do tema.

---

**7) ITEM QUESTIONADO:**

2.2.2

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital



**QUESTÃO:**

Caso projeto de potência inferior a de 5 MW (2,8 MW) seja cadastrado disponibilizando o máximo de sua potência instalada (deduzindo indisponibilidade), a ANEEL estudaria a possibilidade de abrir excessões a potência mínima?

**RESPOSTA:**

Não. A definição da potência mínima por fonte está estabelecida na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.

---

**8) ITEM QUESTIONADO:**

Valor Indexador Platts n.2 Waterborne MID - agosto 2021

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Anexo Técnico

**QUESTÃO:**

a) A EPE estabeleceu os valores de referência de longo prazo para combustíveis na NT EPE-DEEIT-114/2021-r0.

Entretanto para cálculo do fator "i" com base nos preços atuais de combustível (o fornecedor não fornece preços na mesma base temporal de longo prazo) é necessário o valor do indexador em agosto de 2021 (base para os valores de Ccomb em set-21),

Favor informar no processo em curso, lembrando que estes valores não são públicos (PLATTS). Há divergência com os preços EIA USA para a commodity não sendo possível o uso desta fonte pública de informações.

b) Quanto ao Co&m declarado a Portaria MME é omissa quanto a data base. Assim pedimos confirmar se é AGO-21 ou SET-21.

**RESPOSTA:**

A) Cabe à Proponente definir o fator "i". Salienta-se que os valores dispostos na Nota Técnica NT EPE-DEE-IT-114/2021-r0 servirão de referência para se calcular o Índice de Custo Benefício - ICB, que se constitui no Preço de Lance, que será utilizado para comparar as propostas.

B) A data base a ser considerada é agosto de 2021.

---

**9) ITEM QUESTIONADO:**

5.2.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Anexos

**QUESTÃO:**

Sobre SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO, a ANEEL irá disponibilizar as exigências técnicas específicas de como devem ser feitas as instalações ou é necessário consultar diretamente com a empresa responsável pela DISTRIBUIÇÃO, ou o PROPONENTE deve seguir apenas os PROCEDIMENTOS DE REDE da ONS?

**RESPOSTA:**

Deverão ser observados os Procedimentos de Rede, para a instalação do sistema de medição, bem como os requisitos que a concessionária de distribuição acessada porventura exigir.

---



**10) ITEM QUESTIONADO:**

2.3.2.1 - Empreendimento com Outorga

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Favor esclarecer no âmbito do Certame a possibilidade ou não de participação de empreendimento de geração DIESEL:

- a) Com outorga
- b) Operou durante 5 anos em localidade CESI com contrato encerrado em dez 2020, pois a localidade passou a integrar o SIN
- c) A UTE encontra-se operacional, com outorga e sem contrato de venda ou nem operando "merchant" (venda a PLD)
- d) com Licença ambiental LO vigente até final de 2024 (renovação por 5 anos)

Neste caso não indicado claramente no Edital e Portaria MME.

Está apta a participar do certame?

**RESPOSTA:**

Não poderá participar do PCS empreendimento que esteja em operação comercial, conforme consta do item 3.1.2 do Edital.

---

**11) ITEM QUESTIONADO:**

10.3.2.

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

10.3.2 Os preços iniciais são: 10.3.2.1 Produto Disponibilidade (fonte termelétrica a óleo diesel, a óleo combustível e a gás natural): R\$ 1.619,00/MWh (um mil seiscentos e dezenove reais por megawatt-hora). O CVU apresentado poderá ser maior que R\$ 1.000,00 para termelétrica a óleo diesel?

**RESPOSTA:**

Não, conforme disposto no art. 9º da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.

---

**12) ITEM QUESTIONADO:**

11.7 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

NO ITEM 11.7 DO EDITAL NÃO SÃO MENCIONADOS LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E PARECER DE ACESSO. NO CASO, ESSES DOIS DOCUMENTOS NÃO SÃO NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO? ESSES DOIS DOCUMENTOS SERÃO NECESSÁRIOS PARA FASE SEGUINTE DE CONTRATAÇÃO OU NÃO SERÁ NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DOS MESMOS PARA NENHUMA FASE DO PCS?

**RESPOSTA:**

- a) Não serão exigidos para fins de habilitação no PCS. Os requisitos de habilitação estão definidos na seção 11 do Edital.
- b) A fiscalização da ANEEL poderá exigir a apresentação desses documentos, após a emissão da Autorização.

---

**13) ITEM QUESTIONADO:**

ICB: ..... R\$/MWh

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Está disponível o valor do ICB em R\$/MWh para usina térmica a Gás para este leilão?

**RESPOSTA:**

O valor do ICB decorre da aplicação da fórmula paramétrica disposta no Informe Técnico EPEDEE-IT-118/2021, de 07/10/2021, disponível em [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-630/EPE-DEE-IT-118-2021\\_PCS\\_Parametros\\_de\\_competitividade.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-630/EPE-DEE-IT-118-2021_PCS_Parametros_de_competitividade.pdf).

---

**14) ITEM QUESTIONADO:**

7.2.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Em caso de sociedade estrangeira, caso o processo de incorporação da SPE seja concluído a tempo da inscrição no Leilão, entende-se que a SPE poderá participar diretamente como proponente no leilão, ainda que o processo de cadastramento perante a EPE tenha sido realizado inicialmente em nome da sociedade estrangeira. Favor confirmar respectivo entendimento.

**RESPOSTA:**

Entendimento incorreto. A empresa que apresentou o projeto à EPE deve figurar, necessariamente, como Proponente.

---

**15) ITEM QUESTIONADO:**

19

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Considerando que a data limite para incorporação da SPE e envio de seus documentos à ANEEL é esperada para 22.12.2021, entendemos que em caso de sociedade estrangeira a data limite para assinatura do CER será postergada a fim de compatibilizar com o prazo de constituição da SPE. Favor confirmar entendimento.

**RESPOSTA:**

Não será alterado o prazo para assinatura do CER. Vide item 15.5.1 do Edital.





**16) ITEM QUESTIONADO:**

19

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Tendo em vista que o processo de adesão à CCEE deve ser concluído a tempo da assinatura do CER (previsto inicialmente para 17.11.2021), bem como que a homologação do Leilão deve ocorrer em 05.11.2021, entende-se que o processo de adesão a ser conduzido pela CCEE no âmbito deste leilão específico será simplificado em atendimento aos prazos do Edital. Favor confirmar entendimento.

**RESPOSTA:**

Deverá ser atendido todos os requisitos necessários à adesão à CCEE, devendo a Proponente ser diligente no cumprimento de todos esses requisitos.

---

**17) ITEM QUESTIONADO:**

4.4

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Para empreendimentos existentes que participarão do certame, que já tenham a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST estabilizada, conforme Artigo 3º da Resolução Normativa nº 559/2013, favor confirmar que essas TUSTs não serão alteradas, permanecendo o cálculo da estabilização já realizada.

**RESPOSTA:**

Não será publicada TUST junto ao PCS.

Poderá ocorrer alteração da TUST já estabelecida em razão do disposto no art. 7º da Resolução Normativa nº 559/2013, que trata dos casos que ensejam novo cálculo da TUST.

---

**18) ITEM QUESTIONADO:**

10.4.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Conforme apontado no item em questão (10.4.1), a proponente poderá ofertar, no máximo, a Garantia Física do empreendimento, expressa em lotes. Para empreendimentos já outorgados, que não estejam em operação comercial e que não tenham tido a Garantia Física publicada, o Ministério de Minas e Energia irá calcular a Garantia Física para este certame do Procedimento Competitivo Simplificado 2021?

**RESPOSTA:**

A garantia física será calculada, definida e publicada pela EPE, conforme disposto no art. 10 da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.



**19) ITEM QUESTIONADO:**

7.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Favor disponibilizar quais informações deverão ser preenchidas na inscrição on-line no sítio desta Agência.

**RESPOSTA:**

Na inscrição será exigida a identificação da interessada, do seu representante legal e da(s) sociedade(s) controladora(s) da interessada e, no caso de consórcio, a participação percentual de cada consorciada.

---

**20) ITEM QUESTIONADO:**

Anexo 1\_CER Solar\_(Biomassa) - Apêndice II - Item 15

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Campo se encontra em branco na minuta do CER disponibilizada. Favor informar a que se refere.

**RESPOSTA:**

Esse campo deve ser desconsiderado pelas Proponentes, haja vista que não será aplicado aos CERs decorrentes do PCS.

---

**21) ITEM QUESTIONADO:**

3.2.1.2

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

- 1) Ao longo do PCS será possível a alteração da empresa líder do consórcio (estando ela já informada na inscrição)?
- 2) O percentual de participação de cada pessoa jurídica inscrita, pertencente ao consórcio, pode ser alterado?
- 3) No caso de desistência de uma das empresas do consórcio é possível que as demais sigam no processo?

**RESPOSTA:**

- 1) Não. Somente será possível alterar a composição de consórcio durante o período de inscrição e desde que o aporte da garantia de proposta ainda não tenha sido iniciado.
- 2) Vide resposta anterior.
- 3) Vide resposta 1.

---

**22) ITEM QUESTIONADO:**

Prazo para declaração de CVU x divulgação da Matriz do CMO

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital



**QUESTÃO:**

Uma vez que o edital fora publicado em 6/10/21, temos até dia 11/10/21 para declarar o CVU e outras variáveis no sistema AEGE da EPE.

No entanto, o "deck" de informações sistêmicas da EPE, com a matriz de CMO referente ao certame, para que possamos estimar nossos COP, CEC e garantia física, ainda não foram publicados.

Acreditamos que, para o bem do certame, seja fundamental haver uma antecedência razoável entre a divulgação da referida matriz e a data limite obrigatória imposta para a declaração de CVU, e não o prazo de 1/2 dia útil como o que acontece nesse momento.

Favor considerar esta necessidade, que não é só nossa, mas de todos os concorrentes, e reavaliar a data limite obrigatória para declaração de CVU, de forma que tenhamos pelo menos 4 dias úteis para nossos cálculos e tomada de decisão.

**RESPOSTA:**

A data limite para declarar o CVU à EPE se encontra fixada no § 5º do art. 8º da Portaria Normativa no 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.

---

**23) ITEM QUESTIONADO:**

7.3

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Favor informar a definição de "OPERAÇÃO COMERCIAL SUSPENSA" constante nas definições de "N\_Horas\_SUSPk,m" e "POT\_SUSPk,m".

**RESPOSTA:**

A definição e os requisitos para caracterizar Operação Comercial Suspensa estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 583, de 22 de outubro de 2013.

---

**24) ITEM QUESTIONADO:**

10.4.2 e 10.4.3

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

De acordo com o item 10.4.2 eu tendo habilitado, por exemplo, 100MW, no dia do leilão participar com apenas 50MW? Haverá alguma penalidade? Os custos relacionados serão proporcional aos 50 MW ofertados?

**RESPOSTA:**

Não haverá penalidade específica por não ofertar no PCS a totalidade da garantia física do empreendimento. Ressalta-se, no entanto, que ao se sagrar vencedora, a Proponente se compromete a não comercializar o restante da energia e não poderá futuramente diminuir a potência instalada do empreendimento, conforme disposto na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.

---



**25) ITEM QUESTIONADO:**

19. Cronograma do PCS

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O cronograma do PCS definido pela pagina 38 do edital prevê que a inscrição on-line e aporte de garantias ocorram entre as 8hs do dia 15/10/2021 até as 14hs do dia 18/10/2021. Entretanto os dias 16 e 17 de outubro de 2021 são dias não úteis (sábado e domingo) onde as seguradoras, bancos e empresas não tem expediente de trabalho). Desta forma solicitamos que o prazo seja estendido até as 14hs do dia 20/10/2021, alterando as datas de Treinamento da Sistematica para o dia 21/10/2021 e Simulação do PCS no dia 22/10/2021, permitindo desta forma que o leilão transcorra no dia 25/10/2021, sendo que o deslocamento das datas para dias úteis permitem aos agentes prazo mínimo para atendimento aos prazos do edital.

**RESPOSTA:**

De início, esclarece-se que as inscrições podem ser realizadas das 8h de 15/10/2021 às 14h de 18/10/2021. Já o aporte da Garantia de Proposta deve ser realizado das 8h às 16h de 15/10/2021 e 18/10/2021. Não é possível deferir o pedido de extensão de prazo.

**26) ITEM QUESTIONADO:**

19. Cronograma do PCS

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

A portaria 24/GM/MME definiu em seu artigo 11 que a sistemática a ser aplicada ao leilão é aquela estabelecida no ANEXO da Portaria 1/GM/MME (a qual foi publicada para os leilões A-3 e A-4 de 2021). Neste ANEXO não são descritos as fontes termelétricas a gás natural, óleo diesel e óleo combustível. Para o calculo do ICB utilizado nesta metodologia para os contratos por Disponibilidade é necessário que a EPE publique os valores de COP e CEC de cada empreendimento e o MME publique a Garantia Física (GF) dos empreendimentos. Não existe na tabela de eventos nenhuma previsão de data para a publicação destes valores. Recebemos informe da EPE por email definindo como limite de informação dos valores do CVU e inflexibilidade do empreendimento no sistema AEGE até o dia 11 de outubro de 2021. Entretanto os agentes deveriam possuir os dados das séries do CMO para poder estimar seu COP, CEC e GF utilizando o sistema GFecK da EPE. Desta forma solicitamos esclarecimentos da previsão de publicação desta série de dados por parte da EPE para os empreendedores do período base de maio/22 a dezembro/25, permitindo tempo hábil para análise dos proponentes.

**RESPOSTA:**

Encontram-se publicados no site da EPE tanto o "Caso Base - Cálculo de GF" quanto os seguintes Informes Técnicos: EPE-DEE-IT-119/2021, de 08/10/2021, com as Premissas para o Caso Base de Cálculo de Garantia Física para o Procedimento Competitivo Simplificado de 2021, e EPE-DEE-IT-118/2021, de 07/10/2021, com a Metodologia para Cálculo dos Parâmetros de Competitividade Associados à Parcela K (COP e CEC) do ICB para o Procedimento Competitivo Simplificado de 2021. Ver o link: <https://www.epe.gov.br/pt/leiloes-de-energia/leiloes/procedimento-competitivo-simplificado-2021>.



**27) ITEM QUESTIONADO:**

Manual de Aportes de Garantia

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Anexos

**QUESTÃO:**

O Manual de Aportes de Garantias foi disponibilizado pela ANEEL no dia 07/10/2021 no link de documentos do edital. O mesmo prevê em seu item 2.6.1 caução em dinheiro, em conta vinculado do empreendedor, na agência Bradesco Trianon. Entretanto as regras para abertura de conta vinculada nesta agência do Bradesco possuem prazo de envio de documentação, análise do banco e assinatura de documentos com prazos superiores a 5 dias úteis após o recebimento de vários documentos assinados com reconhecimento de firma que inviabilizam o aporte em Caução em Dinheiro pois não existe tempo hábil em dias úteis até as 16h de 18/10/2021, demonstrando que os prazos disponibilizados no edital não permitem que os empreendedores disponham desta forma de envio de garantias. Esta restrição, aliada aos prazos extremamente curtos para obtenção das demais opções de garantias, tais como seguro e fiança bancária prejudicam os PEQUENOS EMPREENDEDORES que não dispõem de elevada estrutura interna e disponibilidade de acesso rápido as instituições financeiras para contratação de garantias, desequilibrando a competição entre os agentes, pois a lei 8666 define que deve existir igualdade de competição entre os concorrentes). Desta forma solicitamos a ANEEL uma redução do prazo para abertura da conta vinculada pelos agentes ou ampliação do prazo para apresentação desta forma de garantia junto a CCEE/BRADESCO.

**RESPOSTA:**

Tratam-se de condições estabelecidas pelo AGENTE CUSTODIANTE e devem ser observadas por todos as interessadas em participar do PCS, independentemente do respectivo porte. Não há, pois, violação à isonomia entre as interessadas.

---

**28) ITEM QUESTIONADO:**

11.7.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Conforme já aceito em leilões anteriores conduzidos pela ANEEL, para este leilão simplificado será aceita a indicação de responsável técnico estrangeiro e com formação no exterior apenas com registro no órgão competente do país de origem? Nesse caso, se faz necessário o envio da cópia do registro notarializada e opostilada?

**RESPOSTA:**

Em caso de pessoa estrangeira, para ser considerado responsável técnico pelo empreendimento, há necessidade do responsável técnico ter sua situação regular perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

---

**29) ITEM QUESTIONADO:**

Combustível do projeto

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Prezados,

Gostaríamos de solicitar esclarecimentos quanto aos itens do Contrato de Energia de Reserva que tratam do fornecimento de combustíveis. Há a possibilidade de alteração do combustível entre a data do cadastramento do projeto e a data da assinatura do contrato?

**RESPOSTA:**

Não há essa possibilidade.

---

**30) ITEM QUESTIONADO:**

Submercado do projeto

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Prezados,

Gostaríamos de solicitar esclarecimentos quanto à fase de pós cadastramento do projeto. Há possibilidade de alteração de localização que envolva mudança de submercado?

**RESPOSTA:**

Sim, nos termos do Edital e da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.

---

**31) ITEM QUESTIONADO:**

Obrigação de entrega de energia por parte do vendedor

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Prezados,

Gostaríamos de solicitar esclarecimentos a respeito da obrigação de entrega de energia pelo vendedor, explicitado na cláusula 6ª do contrato de Energia de Reserva. Consta, na subcláusula 6.2, que a obrigação de entrega se dá pela POTÊNCIA INSTALADA, em MW, sem mencionar consumo interno e perdas na rede, tampouco percentual de comprometimento. Porém, a cláusula 6.1 define que a obrigação de entrega de ENERGIA é no CENTRO DE GRAVIDADE. Poderiam esclarecer em que ponto será a aferição da obrigação de entrega, se na barra de geração ou no centro de gravidade?

**RESPOSTA:**

Foi alterada a subcláusula 6.2, conforme disposto nos Esclarecimentos de Ordem Geral, para prever Percentual de Comprometimento para fins de definição da Obrigação de Entrega.

---

**32) ITEM QUESTIONADO:**

2.1 e sub itens

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Empresas que utilizam biogás (gás de aterro) como combustível se enquadram como biomassa?

**RESPOSTA:**

Sim, será enquadrada como Empreendimento Termelétrico a biomassa.

---

**33) ITEM QUESTIONADO:**

Venda de energia no leilão

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Editais

**QUESTÃO:**

Prezados,

A venda de energia no leilão correspondendo a uma quantidade menor que a garantia física manterá a obrigação de entrega à POTÊNCIA INSTALADA da usina?

**RESPOSTA:**

Sim, conforme definido no CER por disponibilidade.

---

**34) ITEM QUESTIONADO:**

2.3.1.2

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Editais

**QUESTÃO:**

Empreendimentos já em operação comercial que tenham projeto de ampliação da sua geração (colocação de novos moto-geradores), mas que tenham capacidade instalada outorgada maior que a garantia física atual podem caracterizar o empreendimento no leilão no item 2.3.1.2 (empreendimento sem outorga) separando esses novos motores para um novo empreendimento, obtendo as respectivas licenças e acesso a rede?

**RESPOSTA:**

Projetos de ampliação poderão participar do PCS, desde que essa ampliação não tenha entrado em operação comercial.

---

**35) ITEM QUESTIONADO:**

4.3

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Editais

**QUESTÃO:**

Usinas em ampliação que tenham atualmente capacidade instalada maior que a sua garantia física e que possam se enquadrar como projeto de ampliação ainda não autorizado e que na outorga original dada no passado pela ANEEL tenha comercializado energia no ACR podem participar do PCS nº1/2021?

**RESPOSTA:**

Projetos de ampliação poderão participar do PCS, desde que essa ampliação não tenha entrado em operação comercial.

---



**36) ITEM QUESTIONADO:**

6 - Do pedido de esclarecimento

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Em relação ao edital PCS Nº1/2021 da Aneel para o Procedimento Competitivo Simplificado, e seu item 6 sobre Pedido de Esclarecimentos, temos as seguintes perguntas:

1. Os leilões tradicionais de energia visam PPAs de longo prazo, e requerem prazo de implantação longo.

Como a EPE pretende definir a Garantia Física, COP e CEC para o leilão PCS, com um PPA de 44 meses, implantação em apenas 6 meses e custos de combustíveis significativamente maiores?

2. Poderia informar quando serão publicados o CMO, a GF, o COP e CEC para os projetos inscritos?

3. O prazo para aporte da Garantia é 15/10/21? 18/10/21? ou de 15 até 18/10/21?

**RESPOSTA:**

1) Encontram-se publicados no site da EPE tanto o "Caso Base - Cálculo de GF" quanto os seguintes Informes Técnicos: EPE-DEE-IT-119/2021, de 08/10/2021, com as Premissas para o Caso Base de Cálculo de Garantia Física para o Procedimento Competitivo Simplificado de 2021, e EPE-DEE-IT-118/2021, de 07/10/2021, com a Metodologia para Cálculo dos Parâmetros de Competitividade Associados à Parcela K (COP e CEC) do ICB para o Procedimento Competitivo Simplificado de 2021. Ver o link: <https://www.epe.gov.br/pt/leiloes-de-energia/leiloes/procedimento-competitivo-simplificado-2021>.

2) A Matriz de CMO encontra-se divulgada no site da EPE. A GF, COP e CEC serão divulgados pela EPE antes do início das inscrições no PCS.

3) Nos termos do Cronograma fixado no Edital, o prazo para o aporte da Garantia de Proposta está definido para entre as 8h e às 16h de 15/10/2021 e 18/10/2021.

---

**37) ITEM QUESTIONADO:**

10.3

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Favor informar o preço de referência para usinas termelétricas que utilizem biogás de aterro sanitário.

**RESPOSTA:**

O preço inicial para os empreendimentos a biogás será o mesmo dos Empreendimentos Termelétricos a Biomassa.

---

**38) ITEM QUESTIONADO:**

-

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**



A empresa que se habilitar pode compartilhar uma linha de transmissão (rede) existente que tenha capacidade de transmitir a energia que já esteja contratada acrescida da capacidade deste leilão?

**RESPOSTA:**

Sim, nos termos dos documentos simplificados de acesso a serem emitidos pelo ONS ou pela distribuidora acessada. Por oportuno, esclarece-se que empreendimentos que já comercializaram energia no ACR ou no ACL com período de suprimento coincidente com o definido para o PCS não poderão participar do Procedimento.

---

**39) ITEM QUESTIONADO:**

11.5.2, 14.5 e 14.5.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O item 11.5.2 do Edital, cumulado com a tabela constante do item 19 do Edital, prevê que o Contrato de Constituição de Consórcio deverá ser apresentado no dia 27.10.2021, no ato de Protocolo dos documentos de habilitação, via SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES. De acordo com a tabela constante do item 19 do Edital isso representa um prazo de apenas 2 dias corridos da data da Sessão Pública do PCS, via Internet, para protocolo dos referidos documentos.

Os itens 14.5 e 14.5.1 do Edital, cumulado com a tabela constante do item 19 do Edital, por sua vez, estabelecem que o proponente que constituir SPE terá 45 dias corridos após a emissão da AUTORIZAÇÃO para o protocolo dos documentos de constituição da SPE. Isso representa um prazo de 56 dias corridos da data da Sessão Pública do PCS, via Internet, para protocolo dos referidos documentos.

Considerando a similaridade do consórcio e da SPE em relação a providências burocráticas de constituição perante junta comercial e obtenção de registros, indaga-se:

**RESPOSTA:**

Não foi apresentada dúvida a ser esclarecida.

---

**40) ITEM QUESTIONADO:**

4.3.

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

1. No item 4.3 do Edital, cita que: 4.3 Nos termos do § 8º do art. 3º da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021, a PROPONENTE que se sagrar vencedora ficará impedida de negociar energia elétrica proveniente do empreendimento em qualquer outro ambiente de comercialização, devendo a energia produzida ser contabilizada exclusivamente no âmbito do Contrato de Energia de Reserva – CER, mesmo caso a em que não se comercialize totalmente a energia associada ao empreendimento – E faz referência ao § 8º do art. 3º da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021, onde diz: § 8º O CER conterá cláusula na qual o vendedor, que não tenha comercializado no Procedimento Competitivo Simplificado de 2021, com a totalidade da energia associada ao empreendimento ou a totalidade da parcela da ampliação, se comprometa

a não comercializar o restante da energia elétrica – Nessa esteira questionamos se a usina a ser completamente instalada após o leilão, com novos equipamentos, com SMF e conexão novos também, porém que utilize de área contígua a uma outra usina que já se encontra contratada pelo ACR, será considerada usina nova e nova energia? A usina que já possui contrato ficará impedida de continuar sua comercialização pelo ACR? Essa usina será considerada uma ampliação da usina pré-existente, ou se enquadrará como novo empreendimento? Lembrando que ela não se valerá da outorga pertencente a usina pré-existente e se ela utilizar combustível compartilhado é considerada mesmo empreendimento?

**RESPOSTA:**

Para ser considerado empreendimento autônomo, deverá ser observado o disposto no art. 18 da Resolução Normativa nº 876/2020, conforme transcrito a seguir:

Art. 18. As centrais geradoras que compartilhem um dos sistemas a seguir serão consideradas como empreendimento único, salvo juízo exclusivo da ANEEL:

- I - medição elétrica para fins de contrato de conexão e de comercialização de energia;
- II - sistema de controle e de supervisão; ou
- III - sistemas e serviços auxiliares.

---

**41) ITEM QUESTIONADO:**

4.6 e 11.7.3.3

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Editais

**QUESTÃO:**

Entendemos que, empreendimentos situados no Mato Grosso do Sul, regidos pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, e de posse de "Declaração Ambiental de Isenção" é documentação suficiente para satisfazer o item 4.6. Está correto o nosso entendimento?

**RESPOSTA:**

A Proponente deverá observar a legislação ambiental aplicável ao porte e tipo de empreendimento de geração, relativa à construção e operação.

---

**42) ITEM QUESTIONADO:**

4.6 e 11.7.3.3

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Editais

**QUESTÃO:**

Entendemos que, empreendimentos situados no Mato Grosso do Sul, regidos pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, e de posse de "Declaração Ambiental de Isenção" é documentação suficiente para satisfazer o item 4.6. Está correto o nosso entendimento?

**RESPOSTA:**

A Proponente deverá observar a legislação ambiental aplicável ao porte e empreendimento de geração, relativa à construção e operação.

**43) ITEM QUESTIONADO:**

item 3.2, item 10.3.1 do Edital, GARANTIA FÍSICA, Esclarecimentos item 11.7.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:****1. Esclarecimentos item 3.2 do Edital:**

Acerca do Cadastro técnico indicado no item 3.2 do edital, solicitamos esclarecimentos se a redação “empreendimento possua Cadastramento Técnico Aprovado” é a mesma que cadastramento VALIDADO no sistema AEGE da EPE, conforme a Portaria Normativa nº 24/GM/MME/2021?

2. Esclarecimentos item 10.3.1 do Edital: No tocante a esse item, solicita esclarecimentos sobre qual critério adotado para o cálculo e definição do valor indicado para custo marginal de referência, poderia indicar o fundamento?

3. GARANTIA FÍSICA, sobre a garantia física, que corresponde às quantidades máximas de energia e potência do empreendimento que poderão ser utilizadas para comprovação de atendimento de carga, solicitamos esclarecimentos se será disponibilizado, e quando será a data de tal informação.

4. Visando utilizar a ferramenta Cálculo de Garantia Física fornecido pela EPE, qual a forma de se obter os arquivos necessários para a execução da ferramenta, advindos dos dados de saída do aplicativo NWLISTOP vinculado ao NEWAVE.

5. Esclarecimentos item 11.7.1: Sobre a declaração indicando profissional de nível superior para exercer a função de Responsável Técnico pelo empreendimento, conforme o modelo do Anexo V, é necessária a apresentação de documento do Conselho Profissional?

6. Esclarecimentos sobre anexo V: Poderá ser indicado mais de um responsável técnico?

a. A assinatura do ANEXO V poderá ser por certificado digital?

b. A apresentação do profissional qualificado como Responsável Técnico que seja detentor de "atestados de capacidade técnica de execução de serviços de características da empresa, serve como documento comprobatório? Há alguma limitação dessa exigência?

7. Esclarecimentos sobre certificação e Cartório Digital: O Órgão aceita certificado e ou reconhecimento do documento através de meios telemáticos, cartório digital?

8. Esclarecimentos - Dilação de prazos por força maior: Os prazos que serão apresentados à Agência, referente a Obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI, assim como a obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO, poderão ser dilatados, sem qualquer penalidade, se evidenciado morosidade do Órgão Ambiental Autorizante, como pandemia da SARS-CoV-2r?

9. Item 13.1.1: O prazo de aporte, adequação ou substituição da Garantia de Fiel Cumprimento deverá ocorrer em quinze ou trinta dias. Pois percebe-se um erro material no edital.

**RESPOSTA:**

1) Sim.

2) A definição do preço marginal de referência e inicial coube ao Ministério de Minas e Energia, não tendo a ANEEL ingerência quanto aos critérios utilizados.

3) Nos termos da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, a GF será calculada e informada pela EPE antes do início das inscrições.

- 4) A utilização da ferramenta Cálculo de Garantia Física fornecido pela EPE deve ser questionada à própria EPE.
- 5) Não. Será necessária a indicação do número do registro no CREA.
- 6) Não, somente um responsável técnico.
- a) Sim, desde que mediante assinatura eletrônica qualificada (padrão ICP-Brasil);
- b) Prejudicada em razão da pergunta 5 anterior.
- 7) Sim. Serão aceitos documentos digitais com assinatura eletrônica qualificada (padrão ICPBrasil) ou em cópia digital autenticada por cartório competente.
- 8) Será avaliado o caso concreto. Importante consignar que o atraso de 16 dias ou mais em relação à data para entrar em operação comercial será passível de multa, podendo até resultar na rescisão do CER.
- 9) 15 (quinze) dias corridos, conforme consta também no item 19 - CRONOGRAMA.

**44) ITEM QUESTIONADO:**

3.2

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Acerca do Cadastro técnico indicado no item 3.2 do edital, solicitamos esclarecimentos se a redação “empreendimento possua Cadastramento Técnico Aprovado” é a mesma que cadastramento VALIDADO no sistema AEGE da EPE, conforme a Portaria Normativa nº 24/GM/MME/2021?

**RESPOSTA:**

Sim.

**45) ITEM QUESTIONADO:**

4.6 e 11.7.3.3

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Entendemos que, empreendimentos situados no Mato Grosso do Sul, regidos pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, e de posse de "Declaração Ambiental de Isenção" é documentação suficiente para satisfazer o item 4.6. Está correto o nosso entendimento?

**RESPOSTA:**

A Proponente deverá observar a legislação ambiental aplicável ao porte e tipo de empreendimento de geração, relativa à construção e operação.

**46) ITEM QUESTIONADO:**

item 10.3.1 do Edital

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**



Esclarecimentos item 10.3.1 do Edital: No tocante a esse item, solicita esclarecimentos sobre qual critério adotado para o cálculo e definição do valor indicado para custo marginal de referência, poderia indicar o fundamento?

**RESPOSTA:**

A definição do preço marginal de referência e inicial coube ao Ministério de Minas e Energia, não tendo a ANEEL ingerência quanto aos critérios utilizados.

---

**47) ITEM QUESTIONADO:**

GARANTIA FÍSICA

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

GARANTIA FÍSICA, sobre a garantia física, que corresponde às quantidades máximas de energia e potência do empreendimento que poderão ser utilizadas para comprovação de atendimento de carga, solicitamos esclarecimentos se será disponibilizado, e quando será a data de tal informação

**RESPOSTA:**

Nos termos da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, a GF será calculada e informada pela EPE antes do início das inscrições.

---

**48) ITEM QUESTIONADO:**

GARANTIA FÍSICA 2-

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Visando utilizar a ferramenta Cálculo de Garantia Física fornecido pela EPE, qual a forma de se obter os arquivos necessários para a execução da ferramenta, advindos dos dados de saída do aplicativo NWLISTOP vinculado ao NEWAVE

**RESPOSTA:**

A utilização da ferramenta Cálculo de Garantia Física fornecido pela EPE deve ser questionada à própria EPE.

---

**49) ITEM QUESTIONADO:**

Esclarecimentos item 11.7.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Sobre a declaração indicando profissional de nível superior para exercer a função de Responsável Técnico pelo empreendimento, conforme o modelo do Anexo V, é necessária a apresentação de documento do Conselho Profissional?

**RESPOSTA:**

Não. Será necessária a indicação do número do registro no CREA.

---



**50) ITEM QUESTIONADO:**

ANEXO V

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Anexos

**QUESTÃO:**

- a. A assinatura do ANEXO V poderá ser por certificado digital?
- b. A apresentação do profissional qualificado como Responsável Técnico que seja detentor de "atestados de capacidade técnica de execução de serviços de características da empresa, serve como documento comprobatório? Há alguma limitação dessa exigência?

**RESPOSTA:**

- a) Sim, desde que mediante assinatura eletrônica qualificada (padrão ICP-Brasil) ou em cópia digital autenticada por cartório competente.
  - b) Prejudicada em razão da pergunta 49 anterior.
- 

**51) ITEM QUESTIONADO:**

esclarecimentos sobre certificação e Cartório Digital

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O Órgão aceita certificado e ou reconhecimento do documento através de meios telemáticos, cartório digital?

**RESPOSTA:**

Sim. Serão aceitos documentos digitais com assinatura eletrônica qualificada (padrão ICPBrasil) ou em cópia digital autenticada por cartório competente.

---

**52) ITEM QUESTIONADO:**

8. Esclarecimentos - Dilação de prazos por força maior

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Os prazos que serão apresentados à Agência, referente a Obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI, assim como a obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO, poderão ser dilatados, sem qualquer penalidade, se evidenciado morosidade do Órgão Ambiental Autorizante, como pandemia da SARS-CoV-2r?

**RESPOSTA:**

Será avaliado o caso concreto. Importante consignar que o atraso de 16 dias ou mais em relação à data para entrar em operação comercial será passível de multa, podendo até resultar na rescisão do CER.

---



**53) ITEM QUESTIONADO:**

Item 13.1.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O prazo de aporte, adequação ou substituição da Garantia de Fiel Cumprimento deverá ocorrer em quinze ou trinta dias. Pois percebe-se um erro material no edital.

**RESPOSTA:**

O prazo é de 15 (quinze) dias corridos, conforme consta também no item 19 - CRONOGRAMA.

---

**54) ITEM QUESTIONADO:**

4.4

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Solicitamos por gentileza confirmar que a ANEEL não definirá TUST para projetos de ampliação de usinas existentes que já possuam TUST estabilizada, devendo tal TUST estabilizada ser aplicada também à ampliação da usina. Caso não seja esse o entendimento, por favor justificar.

**RESPOSTA:**

Não será publicada TUST para o PCS. Em caso de Ampliação, poderá ensejar o estabelecimento de nova TUST em razão do disposto no art. 7º da Resolução Normativa nº 559/2013, que trata dos casos que ensejam novo cálculo da TUST.

---

**55) ITEM QUESTIONADO:**

4.4

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Solicitamos por gentileza confirmar que (i) a ANEEL não definirá TUSDg de referência estabilizada por 10 anos para projetos de ampliação de usinas existentes e (ii) a TUSDg de referência aplicável em decorrência da ampliação será definida (sem estabilização), quando da formalização do aumento do MUSD. Caso não seja esse o entendimento, por favor justificar.

**RESPOSTA:**

1) Não será publicada TUSDg, subgrupo A2, para o PCS. Para o PCS não se aplica o disposto no art. 20-A da Resolução Normativa nº 349/2009.

2) Para o caso de acesso em níveis de tensão inferior a 88 kV, subgrupos A4, A3a, A3, aplicam-se as tarifas definidas por subgrupo, reajustadas e recalculadas nos processos tarifários das distribuidoras. A alteração de MUSD da central geradora não altera o valor da tarifa. Para o subgrupo A2, ocorrendo a alteração do MUSD contratado, aplica-se o disposto no art. 9º, §2º da Resolução Normativa nº 349/2009. Assim, serão definidas novas tarifas de referência (sinal locacional).

---



**56) ITEM QUESTIONADO:**

4.4.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Caso haja dois ou mais empreendimentos vencedores do PCS que pretendam se conectar no mesmo ponto de acesso, e caso haja restrição de escoamento em tal ponto de acesso, de modo que seja possível conectar apenas um dos empreendimentos,

- (i) o documento de acesso simplificado será conclusivo, negando acesso para os proponentes vencedores que não tenham margem para se conectar?
- (ii) qual proponente vencedor receberá o documento simplificado indicando disponibilidade para acessar sem restrições?
- (iii) quem decidirá e a partir de que critérios o proponente que receberá o documento simplificado sem restrições?
- (iv) existe a possibilidade, mesmo que absurda, de serem emitidos documentos de acesso simplificados sem que seja dado a conhecer ao proponente vencedor que o ponto de conexão em questão tem restrições desta natureza?
- (v) mesmo sem constar como regra do edital ou na regulamentação do setor elétrico, existe a possibilidade de ser rateada a margem disponível no ponto de conexão entre tais proponentes vencedores?
- (vi) neste caso acima, qual o critério do rateio, pro rata MW, preço da energia, etc...?

**RESPOSTA:**

- 1) Não. O documento simplificado para acesso a ser emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS ou o documento de acesso para leilão - DAL a ser emitido pela distribuidora, ambos de caráter informativo, não farão a seleção entre empreendimentos concorrentes. Terá prioridade de acesso o empreendedor que primeiro solicitar o acesso permanente de forma adequada, ou seja, acompanhado dos documentos, informações e estudos necessários para a emissão do Documento Equivalente de Acesso, pelo ONS, ou o Parecer de Acesso, pela distribuidora, conforme o caso.
- 2) Prejudicada pela resposta anterior.
- 3) Prejudicado pela resposta 1 acima.
- 4) Sim. Nada há de absurdo nessa possibilidade, haja vista que o documento simplificado de acesso (assim como já ocorre com a informação de acesso) informará apenas a capacidade da rede para receber a conexão da usina solicitante e não produz qualquer direito ou garantia de acesso.
- 5) Não.
- 6) Prejudicada pela resposta anterior.

---

**57) ITEM QUESTIONADO:**

4.8

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**



Os custos para a realização de leilões são normalmente rateados entre os vendedores que efetivamente negociaram energia no leilão e, conforme o caso, os compradores. No caso do PCS, estamos entendendo que os custos serão rateados entre todos os proponentes, incluindo os que não derem lances e/ou não se sagrarem vencedores. Solicitamos por favor confirmar esse entendimento.

**RESPOSTA:**

Entendimento correto. Os custos de realização do PCS serão rateados entre todas as Proponentes, ou seja, entre todas as interessadas que realizarem inscrição e aportarem Garantia de Proposta válida, independentemente do êxito no PCS.

---

**58) ITEM QUESTIONADO:**

8.13.8

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O item 8.13.8 prevê que a garantia de proposta poderá ser executada para cobrir penalidade imposta na hipótese de o proponente “declinar da AUTORIZAÇÃO decorrente do PCS, no prazo estabelecido no Edital ou não cumprir as condições estabelecidas na AUTORIZAÇÃO quanto à vigência da AUTORIZAÇÃO.” Solicitamos por gentileza esclarecer que situação seria caracterizada como descumprimento das condições estabelecidas na autorização quanto à sua vigência.

**RESPOSTA:**

As condições estabelecidas no art. 6º da minuta de resolução autorizativa para UTE - Ampliação e no art. 7º de todas as demais minutas.

---

**59) ITEM QUESTIONADO:**

16.2

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Solicitamos por gentileza informar (i) quais critérios serão utilizados para a aplicação das penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública e (ii) em que circunstâncias tais penalidades são normalmente aplicadas.

**RESPOSTA:**

A aplicação das penalidades é avaliada no caso concreto, considerando as especificidades de cada caso.

---

**60) ITEM QUESTIONADO:**

16.3.5

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Caso o proponente que optar por não seguir às fases subsequentes do PCS (em razão de o Documento Simplificado de Acesso indicar inviabilidade de conexão) demonstrar que foi prudente e realizou os estudos necessários para determinar a viabilidade de conexão no ponto de acesso pretendido, a multa ainda assim será aplicada?

Se sim, além da redução de 50%, a ANEEL levará em consideração circunstâncias atenuantes para fins da determinação do valor da multa?

**RESPOSTA:**

1) Sim.

2) A multa já está previamente definida, conforme dispõe o item 16.3 do Edital.

---

**61) ITEM QUESTIONADO:**

16.4

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Solicitamos por favor confirmar que o direito de apresentar plano de transferência de controle societário como alternativa à extinção da outorga, previsto no art. 4.º-C da Lei n.º 9.074/1995, é aplicável aos vendedores que se sagrarem vencedores do PCS e vierem a receberem outorga de autorização.

**RESPOSTA:**

Sim.

---

**62) ITEM QUESTIONADO:**

16.7

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

**Solicitamos por gentileza informar (i) quais critérios serão utilizados para a aplicação, ao acionista controlador do proponente, das penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública e (ii) em que circunstâncias tais penalidades são normalmente aplicadas ao acionista controlador do proponente.**

**RESPOSTA:**

A aplicação das penalidades é avaliada no caso concreto, considerando as especificidades de cada caso.

---

**63) ITEM QUESTIONADO:**

4.2 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Solicitamos por favor confirmar que, no caso de ampliação de usina existente, a totalidade da energia gerada mencionada na cláusula 4.2 se refere apenas à totalidade da energia gerada pela ampliação da usina.

**RESPOSTA:**

Entendimento correto.

---

**64) ITEM QUESTIONADO:**

4.3.1 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Caso a entrega de energia seja em montante inferior ao da OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA, mas a indisponibilidade da usina esteja dentro dos limites da TEIF e IP informadas pelo vendedor para fins do PCS, o vendedor ainda assim estará sujeito à penalidade da cláusula 9ª?

**RESPOSTA:**

As indisponibilidades forçadas e programadas serão consideradas sob a forma de um banco de horas, em que haverá isenção da obrigação de entrega definida na subcláusula 6.2. A cláusula 9ª aplica-se nos casos em que não houve o cumprimento da obrigação de entrega.

---

**65) ITEM QUESTIONADO:**

4.6 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Solicitamos por gentileza confirmar que toda a energia vinculada à parcela de ampliação do empreendimento que não tenha sido comercializada no PCS será contabilizada no âmbito do CER e será remunerada pela parcela variável, considerando o CVU do empreendimento definido no PCS.

**RESPOSTA:**

Sim, conforme cláusula 6.3.

---

**66) ITEM QUESTIONADO:**

4.10 e 4.11 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Solicitamos por gentileza informar como funcionará o banco de horas para falhas forçadas e indicar se há regulamentação que o discipline.

**RESPOSTA:**

O Banco de Horas funcionará na forma disciplinada no CER.

---



**67) ITEM QUESTIONADO:**

4.10 e 4.11 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Solicitamos por gentileza informar se o banco de horas se aplica também a indisponibilidades programadas. Se não, solicitamos por gentileza informar como tais indisponibilidades serão apuradas e contabilizadas.

**RESPOSTA:**

Sim, conforme disposto na subcláusula 4.7 do CER Óleo e 4.10 do CER Gás.

---

**68) ITEM QUESTIONADO:**

4.10 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Solicitamos por gentileza informar em que hipóteses haverá a isenção da obrigação de entrega e confirmar que, em caso de isenção, não será aplicada a penalidade da cláusula 9ª.

**RESPOSTA:**

As hipóteses de isenção da obrigação de entrega se encontram especificadas nas subcláusulas 4.10 e 6.6 do CER Gás e 4.7 e 6.4 do CER Óleo.

---

**69) ITEM QUESTIONADO:**

4.10 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

OBRIGAÇÃO DE ENTREGA não é um termo definido no contrato. Solicitamos por favor confirmar qual a definição do termo para fins dessa cláusula e de outras que também mencionam o termo.

**RESPOSTA:**

Para todos os efeitos dos CERs OBRIGAÇÃO DE ENTREGA tem significado idêntico a OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA.

---

**70) ITEM QUESTIONADO:**

6.5 do CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

A cláusula 6.5 do CER prevê que deverá haver acerto financeiro entre as partes caso o montante de energia associado à inflexibilidade contratual não seja entregue por meio da geração inflexível da USINA. Solicitamos por gentileza esclarecer em que circunstâncias a energia associada à inflexibilidade não seria entregue por meio de geração inflexível da usina.

**RESPOSTA:**

A energia associada à inflexibilidade é um valor contratual declarado. Já a geração inflexível da usina é um valor apurado. A subcláusula 6.5 estabelece que no caso da energia associada a inflexibilidade não ser entregue, por qualquer motivo, haverá acerto financeiro.

---

**71) ITEM QUESTIONADO:**

7.10 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Solicitamos por gentileza informar a definição da componente RFUm contida na fórmula da penalidade por atraso na entrada em operação comercial.

**RESPOSTA:**

A componente RFU está definida na subcláusula 7.4. Como a penalidade por atraso na entrada em operação comercial é mensal utilizou-se a letra "m" ao se referir a RFU no mês.

---

**72) ITEM QUESTIONADO:**

9.1 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Caso a entrega de energia seja em montante inferior ao da OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA, mas a indisponibilidade da usina esteja dentro dos limites da TEIF e IP informadas pelo vendedor para fins do PCS, o vendedor ainda assim estará sujeito a penalidade?

**RESPOSTA:**

Conforme disposto na subcláusula 4.8 do CER Óleo e 4.11 do CER Gás, qualquer insuficiência de geração em relação à obrigação de entrega caracterizará indisponibilidade forçada, a ser descontada no banco de horas definidos na subcláusula 4.7 do CER Óleo e 4.10 do CER Gás.

---

**73) ITEM QUESTIONADO:**

9.6 do CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

A cláusula 9.6 do CER prevê que deverá haver acerto financeiro entre as partes caso o montante de energia associado à inflexibilidade contratual não seja proveniente da geração inflexível da USINA. Solicitamos por gentileza esclarecer em que circunstâncias a energia associada à inflexibilidade não seria proveniente de geração inflexível da usina.

**RESPOSTA:**

A energia associada à inflexibilidade é um valor contratual declarado. Já a geração inflexível da usina é um valor apurado. A subcláusula 6.5 estabelece que no caso da energia associada a inflexibilidade não ser entregue, por qualquer motivo, haverá acerto financeiro.

---



**74) ITEM QUESTIONADO:**

9.6 do CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

A cláusula 9.6 do CER prevê que deverá haver acerto financeiro entre as partes caso o montante de energia associado à inflexibilidade contratual não seja proveniente da geração inflexível da USINA. Solicitamos por gentileza esclarecer em que circunstâncias a energia associada à inflexibilidade não seria proveniente de geração inflexível da usina.

**RESPOSTA:**

A energia associada à inflexibilidade é um valor contratual declarado. Já a geração inflexível da usina é um valor apurado. A subcláusula 6.5 estabelece que no caso da energia associada a inflexibilidade não ser entregue, por qualquer motivo, haverá acerto financeiro.

---

**75) ITEM QUESTIONADO:**

14 do CER óleo / CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

A cláusula 14 parece estar incompleta. Outras cláusulas do CER indicam que a cláusula 14 dispõe sobre arbitragem, porém, não há disposições sobre arbitragem em tal cláusula.

**RESPOSTA:**

Não há no CER cláusula de arbitragem. Deve ser desconsiderada do Contrato qualquer menção à arbitragem.

---

**76) ITEM QUESTIONADO:**

Apêndice III do CER óleo

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

A definição de RECEITA FIXA parece estar incompleta. No CER de gás natural, a receita fixa é definida como: RECEITA FIXA: valor de remuneração anual da USINA apresentado pelo VENDEDOR no PCS, expresso em reais por ano, que inclui, dentre outros, a critério do VENDEDOR: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da USINA referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da USINA e dos compromissos financeiros do VENDEDOR; e (v) TRIBUTOS e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto do CONTRATO;

**RESPOSTA:**

A definição de RECEITA FIXA do CER Óleo é a mesma definição utilizada no CER Gás, a saber: "RECEITA FIXA: valor de remuneração anual da USINA apresentado pelo VENDEDOR no PCS, expresso em reais por ano, que inclui, dentre outros, a critério do VENDEDOR: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível



e da operação e manutenção da USINA referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da USINA e dos compromissos financeiros do VENDEDOR; e (v) TRIBUTOS e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto do CONTRATO;".

---

**77) ITEM QUESTIONADO:**

null

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

-

**RESPOSTA:**

Não há pedido de esclarecimento a ser respondido.

---

**78) ITEM QUESTIONADO:**

2.2

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Nos termos do Item 2.2 do Edital, os empreendimentos cadastrados na EPE podem ser classificados de acordo com a fonte da energia. Não há nenhuma vedação à participação de uma usina termelétrica bicomcombustível, i.e. cuja geração de energia é feita tanto com gás natural como com óleo combustível.

Assim, pedimos confirmar a possibilidade de participação de empreendimento bicomcombustível no PCS.

**RESPOSTA:**

Entendimento correto, porém há a necessidade de se indicar o combustível principal, para fins de participação, emissão da Autorização e assinatura do CER apropriado.

---

**79) ITEM QUESTIONADO:**

5.6

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Nas disposições do Edital do PCS, não há obrigação imposta ao proponente/vendedor de comercializar no PCS 100% da garantia física das usinas.

Entretanto, a Portaria Normativa MME 24/2021 prevê que o vendedor que não tenha comercializado a totalidade da energia associada ao empreendimento no PCS deve se comprometer "a não comercializar o restante da energia elétrica" (art. 3º, § 8º).

No mesmo sentido, a Cláusula 5.6 do CER por Disponibilidade – Gás disciplina que o vendedor está obrigado a não celebrar contratos para venda de energia "que tenha parcela da USINA ofertada no Procedimento Competitivo de 2021 para Contratação de Reserva de Capacidade como lastro, durante toda a vigência do CONTRATO".



Diante disso, entendemos que o agente que não vender 100% da correspondente garantia física sob o PCS terá a parcela de energia gerada e não vendida sob o PCS liquidada no mercado de curto prazo e receberá os recursos decorrentes de tal venda. Em outras palavras, os recursos da liquidação da parcela de energia não vendida sob o PCS não serão destinados à Conta de Energia de Reserva (“CONER”). Esse entendimento está correto?

**RESPOSTA:**

Entendimento incorreto. Toda a energia gerada pelo empreendimento no CER por Disponibilidade – Gás será destinada a CONER, exceto a geração fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE e/ou do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, conforme disposto na subcláusula 4.2 do CER de Gás.

---

**80) ITEM QUESTIONADO:**

4.7

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O Item 4.7 do Edital e a Cláusula 3.3 do CER por Disponibilidade – Gás possibilitam ao vendedor antecipar a entrada em operação comercial de seus empreendimentos de geração. Nessa situação, seria possível um empreendimento utilizar o óleo combustível e, a partir do início do período de suprimento previsto no CER, passar a utilizar como combustível de geração o gás natural?

**RESPOSTA:**

Não. A antecipação deve ser realizada com as mesmas características técnicas do empreendimento contratado. Acresce-se que conforme estipulado na alínea "f" do item 14.10 do Edital (em atenção ao disposto no § 2º do art. 4º da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021), a eventual alteração das características técnicas de empreendimento que se sagre vencedor, após a assinatura do CER, não poderá alterar o combustível principal e nem o CVU do empreendimento.

---

**81) ITEM QUESTIONADO:**

8.9.3 e 8.9.3.1

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O Item 8.9.3 do Edital dispõe que a titularidade da garantia de proposta poderá ser de uma ou mais consorciadas (tomadoras). Ainda, conforme previsto no item 8.9.3.1 do Edital, a garantia de proposta apresentada por FIP deve ter como titular o administrador do fundo.

Dessas disposições, entendemos que o FIP, por meio do seu administrador, possui a opção de figurar como tomador da garantia da proposta. Ou seja, não é obrigatório que o FIP, por meio do seu administrador, seja o tomador da garantia da proposta, podendo as demais consorciadas assumir tal posição. Esse entendimento está correto?

**RESPOSTA:**



Entendimento correto. Ressalta-se a necessidade da garantia aportada indicar, explicitamente, o nome do consórcio e de todas as consorciadas e suas respectivas participações percentuais.

---

**82) ITEM QUESTIONADO:**

4.10

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

A Cláusula 4.10 do CER por Disponibilidade – Gás prevê que as indisponibilidades forçadas e programadas serão apuradas de forma horária pelo ONS e consideradas mensalmente no âmbito da CCEE, sob a forma de “um banco de horas para falhas forçadas”. Entendemos que o banco de horas em questão se refere também a eventuais indisponibilidades programadas de modo que não se limitam apenas às falhas forçadas. Esse entendimento está correto?

**RESPOSTA:**

Entendimento correto, conforme disposto na subcláusula 4.10.

---

**83) ITEM QUESTIONADO:**

6.2 do CER óleo / CER gás

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

A obrigação de entrega horária não deveria levar em consideração o percentual de comprometimento da usina com o CER?

**RESPOSTA:**

Foi alterada a subcláusula 6.2, conforme disposto nos Esclarecimentos de Ordem Geral, para prever Percentual de Comprometimento para fins de definição da Obrigação de Entrega.

---

**84) ITEM QUESTIONADO:**

7.3 do CER óleo / CER gás

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

Em que situações uma unidade geradora pode ter sua operação comercial suspensa?

**RESPOSTA:**

O tema é tratado pela Resolução Normativa nº 583, de 22 outubro de 2013.

---

**85) ITEM QUESTIONADO:**

8.5 do CER gás natural

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

**QUESTÃO:**

A Receita Fixa é reajustada de acordo com a cláusula 8.5 do CER, exclusivamente com base no IPCA. Tal previsão parece refletir o § 4º do art. 5º da Portaria MME 24/2021, que igualmente indica ser o IPCA o único fator de correção da Receita Fixa.

Contudo, para projetos a gás com inflexibilidade, a compensação por toda a parcela do gás da inflexibilidade está alocada na Receita Fixa, o que pode dar a entender que o reajuste da parcela do gás da inflexibilidade seria exclusivamente pelo IPCA.

Entendemos que tal modo de reajuste pelo IPCA da parcela do gás da inflexibilidade está equivocado e, no extremo, inviabiliza projetos a gás natural, pelo simples fato de que não é possível cogitar-se de reajuste do gás natural, em qualquer cenário, pelo IPCA.

Note-se, a propósito, que a própria minuta do CER, ao tratar do reajuste do gás na parcela variável (cláusulas 8.8 e 8.9) expressa e corretamente apresenta a fórmula aplicável do reajuste, em oposição ao que seria o reajuste apenas pelo IPCA.

Diante disso, solicitamos confirmar o entendimento acima, no sentido de que a parcela do gás da inflexibilidade não pode ser reajustada pela cláusula 8.5 (IPCA), mas de acordo com a fórmula das cláusulas 8.8 e 8.9.

Por outro lado, caso esse entendimento não esteja correto, solicitamos esclarecer o racional que possa justificar parte do gás ser reajustado de um modo e a outra parte do gás ser reajustada de outro, especialmente sabendo que uma tal metodologia terá por efeito inviabilizar projetos a gás natural.

**RESPOSTA:**

Entendimento incorreto. A parcela da Receita Fixa vinculada a Inflexibilidade, chamada de RFcomb, será reajustada pelo IPCA.

Essa definição está especificada na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, que estabeleceu que a Receita Fixa será reajustada pelo IPCA, sem fazer qualquer distinção entre as parcelas que a compõe.

---

**86) ITEM QUESTIONADO:**

8, 13 e 16

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

(i) Considerando que as penalidades por descumprimento do objeto do leilão são calculadas com base no valor do investimento declarado à EPE e que alguns projetos podem apresentar investimento muito baixo ou mesmo próximo de zero (como seria por exemplo a hipótese de aluguel de equipamentos ou de usinas embarcadas), estando consequentemente sujeitos a penalidades irrisórias, questionamos se a definição da penalidade com base no investimento não seria um risco ao interesse público, uma vez que, em caso de investimentos muito baixos, a penalidade poderia não ser suficiente para incentivar a efetiva implantação do empreendimento, abrindo a porta do certame para participação empreendedores e/ou projetos inconsistentes e/ou meramente especulativos, que eventualmente venham judicializar o processo para se viabilizar, além de produzir um efeito de falsa oferta de MW. Notamos que a geração ofertada por projetos do tipo pode ser de extrema relevância para o país. Isto posto, propomos que a ANEEL altere este requisito associando/relacionando o valor da garantia à capacidade em MW instalados que o proponente deseja concorrer.

(ii) Adicionalmente, agentes que implementarem projetos com usinas novas, em tese mais confiáveis e robustas que locação, que envolvam CAPEX, com alto valor de investimento, em oposição a projetos com valor de investimento mais baixo ou mesmo próximo de zero (na hipótese, por exemplo, de projetos alugados), vão estar sujeitos a penalidades muito mais elevadas no contexto deste Leilão Emergencial. Como a ANEEL justifica uma tal circunstância não ferir o princípio da isonomia e da contratação da melhor alternativa para o sistema elétrico/consumidor (usinas novas são mais eficientes e econômicos que usinas alugadas com máquinas usadas)? Considerando-se o caso concreto de dois proponentes oferecerem projetos com a mesma capacidade instalada e mesmo desempenho, mas um por meio de equipamento comprado novo (com alto valor de investimento) e outro por meio de equipamento alugado usado (sem qualquer investimento), é justificável que, na hipótese de os dois cometerem um mesmo tipo de infração, o primeiro (ofertando equipamento novo / moderno) fique sujeito a uma penalidade muito superior do que o segundo (ofertando equipamento usado / antigo)? Frise-se que essa consequência é inescapável, já que a penalidade / garantia baseia-se no valor do investimento.

#### **RESPOSTA:**

1) Importante consignar que a garantia de fiel de cumprimento deverá ser aportada observando o maior valor entre 5% do valor do INVESTIMENTO declarado à EPE e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Portanto, não está correto que somente o valor de investimento importará para definir a Garantia de Fiel Cumprimento. O mesmo vale para a Garantia de Proposta. Nesse sentido, valores irrisórios de investimentos informados à EPE no cadastramento técnico, além de poder configurar prestação falsa de informação à Administração Pública, é minimizado pela necessidade de se observar o valor mínimo de garantia, podendo a multa da ANEEL alcançar valores maiores do que esse.

2) Não se verifica a alegada falta de isonomia, afinal, não consta como requisito estabelecida na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, que define as diretrizes para a realização do PCS, a necessidade de se implantar equipamentos novos. Frise-se que a falta de desempenho do equipamento, seja ele novo ou não, implicará as penalidades estabelecidas no CER, a exemplo do não cumprimento da obrigação de entrega. Relembra-se ainda que os empreendimentos usados apresentaram maior probabilidade de maior consumo específico (e, consequentemente, preço) e também de apresentar falhas.

#### **87) ITEM QUESTIONADO:**

8.5 do CER gás natural

#### **DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Contrato

#### **QUESTÃO:**

A Receita Fixa é reajustada de acordo com a cláusula 8.5 do CER, exclusivamente com base no IPCA. Tal previsão parece refletir o § 4º do art. 5º da Portaria MME 24/2021, que igualmente indica ser o IPCA o único fator de correção da Receita Fixa.

Contudo, para projetos a gás com inflexibilidade, a compensação por toda a parcela do gás da inflexibilidade está alocada na Receita Fixa, o que pode dar a entender que o reajuste da parcela do gás da inflexibilidade seria exclusivamente pelo IPCA.



Entendemos que tal modo de reajuste pelo IPCA da parcela do gás da inflexibilidade está equivocado e, no extremo, inviabiliza projetos a gás natural, pelo simples fato de que não é possível cogitar-se de reajuste do gás natural, em qualquer cenário, pelo IPCA.

Note-se, a propósito, que a própria minuta do CER, ao tratar do reajuste do gás na parcela variável (cláusulas 8.8 e 8.9) expressa e corretamente apresenta a fórmula aplicável do reajuste, em oposição ao que seria o reajuste apenas pelo IPCA.

Diante disso, solicitamos confirmar o entendimento acima, no sentido de que a parcela do gás da inflexibilidade não pode ser reajustada pela cláusula 8.5 (IPCA), mas de acordo com a fórmula das cláusulas 8.8 e 8.9.

Por outro lado, caso esse entendimento não esteja correto, solicitamos esclarecer o racional que possa justificar parte do gás ser reajustado de um modo e a outra parte do gás ser reajustada de outro, especialmente sabendo que uma tal metodologia terá por efeito inviabilizar projetos a gás natural.

**RESPOSTA:**

Entendimento incorreto. A parcela da Receita Fixa vinculada a Inflexibilidade, chamada de RFcomb, será reajustada pelo IPCA.

Essa definição está especificada na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, que estabeleceu que a Receita Fixa será reajustada pelo IPCA, sem fazer qualquer distinção entre as parcelas que a compõe.

**88) ITEM QUESTIONADO:**

3.1.2.

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Favor confirmar que Empresa com Empreendimento em operação comercial, mas com projeto de ampliação ainda não autorizado, pode participar do Leilão para fins de venda da energia gerada pela parte da expansão do Empreendimento, nos termos do item 2.3.1.2. Sobre esse ponto, confirmar se somente a expansão poderá participar do Leilão ou se todo o empreendimento, desde que a energia não seja objeto de outro Leilão e/ou comercializada por meio de contratos registrados na CCEE. Gentileza confirmar também que as regras do edital do PCS 01/2021 serão aplicáveis somente aos CERs decorrentes desse Leilão e não impactaram ou contaminarão contratos e compromissos assumidos no âmbito de outros leilões.

**RESPOSTA:**

- 1) A ampliação de empreendimento existente poderá participar e será classificada como empreendimento sem outorga.
- 2) Somente a ampliação poderá participar, desde que a energia a ela correspondente não seja objeto de outro Leilão e/ou comercializada por meio de contratos registrados na CCEE.
- 3) Entendimento correto.

**89) ITEM QUESTIONADO:**

4.4.

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital



**QUESTÃO:**

Nos parece que o afastamento indiscriminado de “qualquer excludente de responsabilidade no caso de indisponibilidade da conexão” atribui ao Empreendedor Proponente um risco que não é seu e que não pode implicar em responsabilização automática do Gerador. Favor confirmar que problemas na conexão causados exclusivamente por terceiros não serão imputados automaticamente aos Proponentes, uma vez que a redação contraria o disposto no item 14.8. que não imputa ao Proponente o atraso de terceiros na obtenção das licenças ambientais, por exemplo. O dispositivo contraria, ainda, os bens jurídicos tutelados pela Portaria Normativa nº 24/GM/MME, uma vez que ela determina um procedimento simplificado para a conexão, ao mesmo tempo que o Edital acabar por incumbir ao Empreendedor responsabilidade que se aproxima do risco integral, que não é aplicável nesse tipo de contratação e pode afastar os interessados pelo Leilão.

**RESPOSTA:**

O risco da conexão está atribuído integralmente à Proponente e não há nada de novo nisso. Assim, uma vez definida e contratada a conexão, nem o Edital e nem as minutas de CERs anexas afastam a aplicação da legislação brasileira no que se refere à responsabilidade pelo inadimplemento de obrigações.

---

**90) ITEM QUESTIONADO:**

8.2.

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

Considerando que o objetivo do PCS é justamente garantir a celeridade nas contratações e a simplificação dos procedimentos editalícios, nos parece que o aumento em 100% (de 1% para 2%) no valor da Garantia de Proposta, bem como o estabelecimento de um valor piso de R\$ 200 mil contradiz o espírito do leilão, na medida em que garantias substancialmente mais elevadas demandam mais tempo e esforços por parte dos Proponentes. Em um cenário de alta exponencial dos juros e da inflação, a elevação substância do valor da Garantia de Proposta poderá ser um fator de redução da atratividade para o certame. Favor confirmar que, caso o Grupo Econômico do Proponente ou de empresa do Consórcio do Proponente já tenha apresentado perante a ANEEL outra Garantia de Proposta (ainda que para outros empreendimentos de geração), poderá apenas realizar a complementação para atingir o percentual de 2% do valor do investimento declarado à EPE. O entendimento exposto acima está em linha com o quanto constante na Nota Técnica nº 40/2021-SEL-SRM-SRD-SRT/ANEEL, de 04/10/2021, na medida em que a majoração da Garantia de Fiel Cumprimento para 10% não foi acatada pela ANEEL, mas a majoração da Garantia de Proposta sim, criando um cenário de desproporcionalidade entre as garantias, na medida em que a Garantia de Proposta representará 40% do valor da Garantia de Fiel Cumprimento.

**RESPOSTA:**

Entendimento incorreto. A garantia de proposta a ser aportada deverá ser exclusiva para a participação no PCS, não sendo aceita garantia já aportada para fins de participação em outros certames.



**91) ITEM QUESTIONADO:**

16.4.4. "c"

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

A multa de até 5% do investimento prevista em caso de atraso no cronograma para entrada em operação comercial superior a 15 dias contradiz o artigo 3º, §14º da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, que estabelece que apenas o atraso na entrada em operação comercial superior a três meses ensejará o pagamento de multa editalícia. Na nossa visão, a multa constante da cláusula 16.4.4. "c" somente deverá ser aplicada caso seja constatado atraso na entrada em operação comercial superior a três meses. Para períodos inferiores a 3 meses, a Portaria Normativa nº 24/GM/MME já estabelece sanção específica nos parágrafos 7º e 8º do art. 5º.

**RESPOSTA:**

Não há qualquer contradição, afinal, o disposto na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, estabelece o prazo para se ter a rescisão do CER, além do pagamento da multa editalícia, etc. Porém, essa diretriz não estabeleceu que somente decorrido o prazo de 3 meses é possível aplicar a multa editalícia.

---

**92) ITEM QUESTIONADO:**

null

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O artigo 2º da Resolução MME/CREG nº 04/21 dispõe "Determinar ao Ministério de Meio Ambiente que, em articulação com demais órgãos e entidades competentes, adote providências necessárias para que o licenciamento ambiental dos empreendimentos que participarem da contratação de que trata o art. 1º se dê em prazo compatível com o necessário para propiciar o incremento de oferta de energia elétrica no País." A simplificação do licenciamento ambiental está refletida também na Portaria Normativa nº 24/GM/MME/21. Considerando que o edital não dispõe expressamente sobre a simplificação da fase de licenciamento ambiental, e considerando a simplificação do processo como um todo bem como os prazos exíguos do cronograma, favor confirmar que a simplificação do licenciamento ambiental será aplicada ao certame de modo a afastar eventuais multas, penalidades e/ou sanções que venham a ser aplicadas ao Empreendedor em relação ao licenciamento ambiental sem considerar a simplificação, caso seja a hipótese.

**RESPOSTA:**

Entendimento incorreto. Cabe a Proponente seguir a legislação ambiental.

---

**93) ITEM QUESTIONADO:**

null

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O edital não estabelece qualquer restrição para a participação de usinas termelétricas off shore. Considerando a robustez das discussões legislativas e regulatórias acerca da implementação de projetos de usinas eólicas off shore no Brasil, favor confirmar o entendimento acerca da possibilidade de participação no PCS de usinas termelétricas off shore, a despeito da ausência de uma regulação sobre o tema.

**RESPOSTA:**

Não há restrição para a participação de empreendimento off shore. No entanto, para a participação de qualquer empreendimento há necessidade do cumprimento dos requisitos estabelecidos no Edital do PCS, assim como a Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.

---

**94) ITEM QUESTIONADO:**

15.9

**DOCUMENTO QUESTIONADO:**

Edital

**QUESTÃO:**

O Edital estabelece que eventual atraso de mais de 90 dias no início da operação comercial do empreendimento causará a resolução do CER (com aplicação de penalidade contratual), bem como aplicação das penalidades editalícias. Em nossa visão, a aplicação de penalidades em monta tão significativa, dentro de um cenário de um leilão extraordinário com prazos exíguos, representam prejuízo a própria competitividade do leilão, na medida em que a possibilidade de aplicação de multas e penalidades tão elevadas acabam por gerar uma precificação diferenciada pelos Empreendedores. A penalidade em caso de atraso na entrada em operação comercial, em nossa visão, não está proporcional ao risco tomado pelos Empreendedores para participação do certame.

**RESPOSTA:**

Não há pedido de esclarecimento a ser respondido.

Brasília, 14 de outubro de 2021.

(assinado digitalmente)

**ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA**

Presidente da Comissão Especial de Licitação